



Escola de Administração
Fazendária

CONCURSO PÚBLICO
Controladoria-Geral da União - CGU
2003/2004

**Analista de Finanças
e Controle**

Prova 3

CORREIÇÃO

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 60**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.10 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Este caderno de prova está assim constituído:

Disciplinas	Questões	Peso
Correição no Poder Executivo Federal	01 a 30	2
Ética Pública	31 a 45	
Direito (Penal, Processual Penal e Processual Civil)	46 a 60	

Boa Prova !

CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

- 01- A autoridade administrativa que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover sua apuração, mediante sindicância, a qual será transformada em processo disciplinar, se comprovada a evidência de infração passível de ser penalizada.
- Correta a assertiva.
 - Incorreta a assertiva, porque a sindicância só é transformada em processo disciplinar se configurada a evidência de infração punível com demissão.
 - Incorreta a assertiva, porque a sindicância pode resultar em processo disciplinar se configurada a evidência de infração punível com suspensão ou demissão.
 - Incorreta a assertiva, porque a sindicância pode resultar em processo disciplinar se configurada a evidência de infração punível com suspensão, demissão ou destituição.
 - Incorreta a assertiva, porque a autoridade pode instaurar sindicância ou processo disciplinar, podendo a primeira resultar no segundo, se configurada a evidência de infração punível com suspensão, por mais de 30 dias, ou com penalidade mais grave.
- 02- A abertura da Sindicância ou a instauração do Processo Disciplinar, segundo prevê a Lei nº 8.112/90,
- suspende a prescrição, que após 60 dias volta a fluir pelo seu período restante.
 - interrompe a prescrição, que começará a contar do início, a partir de quando cessar a interrupção.
 - não suspende nem interrompe o curso da prescrição.
 - suspende a prescrição até a aplicação da penalidade cabível.
 - interrompe a prescrição, que após 90 dias voltará a fluir pelo seu período restante.
- 03- No âmbito do processo administrativo disciplinar, não pode resultar da sindicância:
- instauração de processo administrativo
 - aplicação da penalidade de advertência
 - arquivamento do processo
 - aplicação da penalidade de multa
 - aplicação da penalidade de suspensão até 30 dias
- 04- Referindo-se ao processo administrativo disciplinar, assinale a afirmativa verdadeira.
- Serão objeto de apuração todas as denúncias sobre irregularidades, inclusive as anônimas.
 - A fase do inquérito no processo administrativo inclui o julgamento.
 - O servidor somente pode acompanhar os atos processuais por meio de seu procurador.
 - O afastamento preventivo dar-se-á sem remuneração, pelo prazo máximo de 60 dias.
 - Em caso de extinção da punibilidade pela prescrição, haverá registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.
- 05- A fase do processo administrativo disciplinar, denominada inquérito administrativo, compreende
- instauração, instrução e defesa.
 - instrução, defesa e relatório.
 - defesa, relatório e julgamento.
 - relatório, julgamento e penalização.
 - julgamento, penalização e recurso.
- 06- O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.
- Assinale, abaixo, a afirmativa verdadeira quanto ao processo de revisão.
- O processo de revisão não pode ser iniciado de ofício.
 - No processo de revisão não há fase de instrução.
 - No processo de revisão, o ônus da prova cabe ao requerente.
 - O julgamento do processo de revisão cabe à autoridade superior àquela que aplicou a penalidade.
 - A revisão correrá nos mesmos autos do processo originário.
- 07- De acordo com a Lei de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99), pode haver a delegação de competência, quando conveniente em razão de circunstâncias diversas. No rol normativo não se inclui a circunstância da seguinte índole:
- social
 - moral
 - econômica
 - jurídica
 - territorial

- 08- No âmbito do processo administrativo, caso um parecer obrigatório e não vinculante deixe de ser emitido no prazo fixado, o processo
- deverá ser paralisado e aguardar a sua lavratura.
 - poderá ter prosseguimento, mas somente poderá ser decidido com a sua inclusão posterior nos autos.
 - poderá ter prosseguimento e ser decidido com a sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.
 - não poderá ter prosseguimento, salvo por expressa avocação da autoridade superior.
 - poderá ter prosseguimento e ser decidido com a sua dispensa, não gerando responsabilidade a quem se omitiu, por não ser vinculante.
- 09- Os atos administrativos, como exige a Lei nº 9.784/99, que regula o processo no âmbito da Administração Pública Federal, devem ser motivados, com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos, exceto quando
- agravem encargos ou sanções.
 - decidam processo de concurso.
 - declarem inexigibilidade de licitação.
 - decorram de reexame de ofício.
 - apliquem jurisprudência pertinente.
- 10- De acordo com disposição expressa na Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, se não houver disposição legal específica, em sentido diverso, o prazo
- para interpor recurso administrativo é de cinco dias.
 - para interpor recurso administrativo é de dez dias.
 - para interpor recurso administrativo é de trinta dias.
 - para decidir recurso administrativo é de dez dias.
 - para decidir recurso administrativo é de quinze dias.
- 11- A sentença decorrente de ato de improbidade administrativa que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, a favor
- da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.
 - do Ministério Público que atuou na ação.
 - de fundo especialmente constituído para esta finalidade.
 - de qualquer pessoa jurídica de fins filantrópicos designada pelo Juiz.
 - do autor da ação, quando pessoa física.
- 12- Assinale, no rol abaixo, a conduta considerada como improbidade administrativa que está sujeita a pena mais branda do que as demais.
- Frustrar a licitude de processo licitatório.
 - Permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.
 - Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao do mercado.
 - Frustrar a licitude de concurso público.
 - Ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- 13- A representação por ato de improbidade, previsto na Lei nº 8.429/92, contra agente público, quando o autor da denúncia o sabe inocente,
- além de constituir crime, sujeita o denunciante a indenizar o denunciado por danos materiais e morais.
 - sujeita-o, apenas, a responder por danos morais.
 - sujeita-o, apenas, a responder por denúncia caluniosa.
 - não acarreta ônus ou responsabilidade ao denunciante.
 - acarreta a perda dos direitos políticos do denunciante.
- 14- De acordo com disposição contida na Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre atos de improbidade administrativa, qualquer pessoa poderá representar à autoridade competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar sua prática, sendo
- assegurado o anonimato do denunciante.
 - preservada a identidade do denunciante.
 - a representação escrita e assinada, com qualificação do representante.
 - facultado ao representante qualificar-se.
 - facultado ao representante usar pseudônimo.
- 15- A aplicação de sanções previstas na Lei nº 8.429/92, que dispõe sobre atos de improbidade administrativa,
- depende de efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
 - depende da rejeição das contas respectivas pelo Tribunal de Contas.
 - no que se refere a perda da função pública, depende do trânsito em julgado da condenação.
 - no que se refere a suspensão dos direitos políticos, independe do trânsito em julgado da condenação.
 - fica prejudicada, se as contas respectivas forem aprovadas pelo Tribunal de Contas.

- 16- Nas licitações para a contratação de compras destinadas à Administração Pública, como critério de desempate, em igualdade de condições, será assegurada preferência, prevista em lei, quanto aos bens produzidos
- por empresas brasileiras.
 - por empresas de capital nacional.
 - por empresas sediadas no respectivo estado da licitação.
 - por empresa sediada no respectivo município da licitação.
 - no território nacional.
- 17- Para a aquisição de bens destinados, exclusivamente, à pesquisa científica e tecnológica, com recursos concedidos pelo CAPES, FNDE, CNPq ou outras instituições de fomento e pesquisa, credenciadas pelo CNPq para esse fim específico, a legislação pertinente
- autoriza a dispensa de licitação.
 - considera inexigível a licitação.
 - recomenda a modalidade de convite.
 - recomenda a modalidade de concorrência.
 - recomenda a modalidade de pregão.
- 18- Em matéria de licitação, objeto de disciplinamento pela Lei nº 8.666/93, é permitido asseverar-se que
- a impugnação feita pelo licitante, tempestivamente, impede que ele participe da licitação, até decisão final a ela pertinente.
 - a inabilitação do licitante, por si só, não o impede de participar das fases subseqüentes.
 - ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e abertas as propostas, poderão eles ser ainda desclassificados, em razão de fatos supervenientes ou conhecidos após o julgamento.
 - mesmo após a fase de habilitação, a seu exclusivo critério, é facultado ao licitante desistir de sua proposta, se ainda não houve o julgamento final.
 - não é permitida à Comissão de Licitação promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.
- 19- A lei de licitações determina que será pela modalidade concorrência a alienação de bens imóveis pertencentes ao Poder Público. Todavia, a própria norma elenca hipóteses de dispensa da licitação. Entre as hipóteses abaixo, aquela que não acarreta a referida dispensa de licitação é a
- investidura.
 - dação em pagamento.
 - permuta, por outro imóvel que atenda aos requisitos do inciso X do artigo 24 da mesma lei de licitações.
 - doação para entidade social de fins filantrópicos, em lei declarada de utilidade pública.
 - venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
- 20- Tratando-se do procedimento de licitação, assinale a afirmativa falsa.
- Após a fase de habilitação, não cabe desistência de propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.
 - O tipo de licitação de maior lance ou oferta destina-se exclusivamente para os casos de alienação de bens ou concessão de direito real de uso.
 - A fase final do procedimento será a deliberação da autoridade competente quanto, sucessivamente, à adjudicação e à homologação do objeto da licitação.
 - A inabilitação do licitante importa preclusão do seu direito de participar das fases subseqüentes.
 - A administração não poderá celebrar o contrato com preterição da ordem de classificação das propostas ou com terceiros estranhos ao procedimento licitatório sob pena de nulidade.
- 21- Não se inclui(em) entre as cláusulas necessárias em todo contrato administrativo
- o regime de execução ou a forma de seu fornecimento.
 - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução.
 - os casos de rescisão.
 - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
 - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas.

- 22- Conforme a doutrina majoritária em relação à alteração dos contratos administrativos, a modificação das condições contratuais promovida pelo Poder Público contratante, unilateralmente, incidindo diretamente sobre o objeto contratado e provocando o seu desequilíbrio econômico, denomina-se
- teoria da imprevisão.
 - fato do príncipe.
 - força maior.
 - fato da administração.
 - caso fortuito.
- 23- Os contratos administrativos regidos pela Lei nº 8.666/93 podem ser alterados, unilateralmente, pela própria Administração, quando for
- conveniente a substituição da garantia de sua execução.
 - necessária a modificação do valor contratado, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa do seu objeto, nos limites legalmente permitidos.
 - necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço.
 - necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes.
 - necessário restabelecer a relação pactuada, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.
- 24- Órgão do Poder Executivo Federal que exerce o poder de polícia administrativa, especificamente, quanto às atividades ilícitas em geral, previstas na Lei nº 9.613/98 como sendo relacionadas com a "Lavagem de Dinheiro", disciplinando procedimentos, aplicando penalidades e identificando as ocorrências suspeitas de incidirem nesse tipo de ilicitude, é
- a Comissão de Valores Mobiliários.
 - a Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça.
 - o Conselho Monetário Nacional.
 - o Conselho de Atividades Financeiras.
 - o Banco Central do Brasil.
- 25- O processo e julgamento dos chamados crimes de "Lavagem", previsto na Lei nº 9.613/98, são de competência
- da Justiça Federal.
 - da Justiça Estadual local.
 - da Justiça Federal ou Estadual, conforme a natureza do órgão ou da entidade envolvida.
 - do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Brasília/DF), originariamente.
 - do Tribunal Regional Federal da respectiva área de jurisdição, originariamente.
- 26- Tratando-se da Lei nº 9.613/98, que dispõe, entre outros temas, sobre crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, assinale a afirmativa falsa.
- Os crimes disciplinados na referida lei são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória, e, em caso de sentença condenatória, o réu não poderá apelar em liberdade.
 - O juiz determinará a apreensão ou seqüestro de bens, direitos ou valores oriundos de crimes descritos na mencionada lei, praticados no estrangeiro, mesmo na inexistência de tratado ou convenção internacional, se o governo da autoridade solicitante prometer reciprocidade ao Brasil.
 - As pessoas físicas ou jurídicas que comercializam jóias, pedras e metais preciosos, objetos de arte e antiguidades, sujeitam-se às obrigações relativas à identificação dos clientes e manutenção de registros.
 - Das decisões do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF – relativas às aplicações de penas administrativas caberá recurso ao Ministro de Estado da Justiça.
 - É efeito da condenação, no âmbito dessa lei, a interdição do exercício de cargo ou função pública de qualquer natureza, pelo dobro do tempo da pena privativa de liberdade aplicada.
- 27- A Lei Complementar nº 105/2001, que dispõe sobre o sigilo de operações de instituições financeiras, determina que a quebra de sigilo poderá ser decretada quando necessária para a apuração de ocorrência de qualquer ilícito, em qualquer fase do inquérito ou do processo judicial, especialmente em alguns crimes que arrola expressamente. Não se inclui nesta lista expressa da lei o crime
- de terrorismo.
 - de extorsão mediante seqüestro.
 - praticado por organização criminosa.
 - de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado a sua produção.
 - contra a ordem econômica.

28- O Servidor Público que utilizar qualquer informação obtida em decorrência da quebra do sigilo, de que trata a Lei Complementar nº 105/2001, responde pelos danos causados, regressivamente, independente de culpa ou dolo, mesmo quando agiu de acordo com orientação oficial da entidade pública.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade da entidade pública é subjetiva se provada culpa do agente.
- c) Incorreta a assertiva, porque a responsabilidade da entidade pública é objetiva, cabendo ação regressiva no caso de culpa ou dolo do agente.
- d) Incorreta a assertiva, porque o servidor responde pessoal e diretamente, sem prejuízo da responsabilidade da entidade pública, quando comprovado que ele agiu de acordo com orientação oficial.
- e) Incorreta a assertiva, porque o servidor é que responde pessoal e diretamente pelos danos causados, afastada a hipótese de responsabilidade da entidade, mesmo quando ele agiu de acordo com orientação oficial.

29- A Lei Complementar nº 105/2001, obriga as instituições financeiras a manterem sigilo em suas operações ativas e passivas, bem como nos serviços prestados, mas permite tanto a troca de informações entre tais instituições, para fins cadastrais, inclusive por intermédio das centrais de risco, como o fornecimento de informações de seus cadastros para entidades de proteção ao crédito, quanto aos emitentes de cheques sem provisão de fundo ou devedores inadimplentes, desde que observadas normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque quaisquer dessas informações dependem de expressa decisão judicial para quebra do sigilo.
- c) Incorreta a assertiva, porque à Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça é que cabe expedir normas sobre esse assunto.
- d) Incorreta a assertiva, porque nessa permissão não se incluem as referidas informações recíprocas que estão garantidas pelo sigilo.
- e) Incorreta a assertiva, porque nessa permissão não se incluem as referidas informações para entidades de proteção ao crédito, que estão também protegidas pelo sigilo.

30- No âmbito da lei de licitações e contratos (Lei nº 8.666/93), há a previsão de diversos tipos penais. Não se inclui nas condutas tipificadoras do crime de fraudar, em prejuízo da fazenda pública, licitação instaurada para aquisição ou venda de bens ou mercadorias, ou contra dela decorrente, a seguinte:

- a) elevar arbitrariamente os preços.
- b) vender, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada ou deteriorada.
- c) entregar uma mercadoria por outra.
- d) alterar substância, qualidade ou quantidade de mercadoria fornecida.
- e) tornar mais onerosa a proposta ou a execução do contrato.

ÉTICA PÚBLICA

31- São autoridades submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal:

- I. Ministros de Estado e Secretários Executivos do governo federal.
- II. Presidentes e diretores de empresas públicas e de sociedades de economia mista.
- III. Titulares de cargo de Secretário das secretarias de governo nos Estados.
- IV. Presidentes e diretores de autarquias federais.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

32- De acordo com o Decreto nº 1.171/1994 (Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), são deveres fundamentais do servidor público:

- I. tratar cuidadosamente os usuários dos serviços, aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público.
- II. omitir a verdade sobre fato que prejudique a Administração e beneficie o cidadão.
- III. ser assíduo e freqüente ao serviço.
- IV. facilitar a fiscalização de todos os atos ou serviços por quem de direito.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

33- De acordo com o Decreto nº 1.171/1994 (Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), é vedado ao servidor público:

- I. valer-se do cargo para lograr proveito pessoal.
- II. desviar servidor público para atendimento a interesse particular.
- III. fazer uso, em benefício próprio, de informação privilegiada obtida em razão do cargo.
- IV. manter consigo, fora da repartição onde exerce suas funções, o computador portátil (*notebook*) que recebeu para uso no interesse do serviço.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

34- O sócio majoritário de um grande jornal de circulação nacional foi nomeado para o cargo de Secretário de Comunicação Social do governo federal. Nessa hipótese, ele:

- I. terá que se afastar da direção da empresa jornalística.
- II. não poderá ter participação nos lucros da empresa.
- III. terá que informar à Comissão de Ética Pública a sua participação no capital social da empresa e indicar o modo pelo qual pretende evitar eventual conflito de interesse.
- IV. deverá abster-se de participar de decisão, ainda que coletiva, que afete interesse da referida empresa.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

35- Não têm a obrigação de constituir as comissões de ética previstas no Decreto nº 1.171/1994 (Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal):

- a) as autarquias federais.
- b) as empresas públicas federais.
- c) as sociedades de economia mista.
- d) os órgãos do Poder Judiciário.
- e) os órgãos e entidades que exerçam atribuições delegadas pelo poder público.

36- As comissões de ética previstas no Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

- a) não podem instaurar, de ofício, processo destinado a apurar infração de natureza ética, cometida por servidor do órgão ou entidade a que pertençam.
- b) podem conhecer de representação, formulada por entidade associativa regularmente constituída, contra servidor público, por violação a norma ético-profissional.
- c) não podem conhecer de representação formulada contra o órgão ou entidade a que pertençam, porque a representação tem de ser feita contra servidor.
- d) não têm por função conhecer de consulta sobre norma ético-profissional.
- e) têm competência para aplicar a pena de advertência.

37- As decisões das comissões de ética previstas no Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

- I. devem ter ampla divulgação, inclusive com o nome do servidor infrator, para que sirvam de exemplo e medida educativa.
- II. devem ser resumidas em ementas, omitindo-se os nomes dos interessados.
- III. devem ser encaminhadas, se for o caso, à entidade fiscalizadora do exercício profissional na qual o servidor público infrator estiver inscrito.
- IV. quando resumidas em ementas, devem ser encaminhadas às demais comissões de ética.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

38- Para os fins do Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, entende-se por servidor público:

- I. os servidores públicos titulares de cargo efetivo.
- II. os titulares de cargo em comissão.
- III. os empregados de sociedades de economia mista.
- IV. os que, temporariamente, prestam serviços à Administração Pública Federal, desde que mediante retribuição financeira.

Estão corretos os itens:

- a) I, II, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II e III

39- As infrações de natureza ética apuradas pelas comissões de ética previstas no Código de Conduta do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal

- a) não podem ser informadas a outros órgãos encarregados de apuração de infração disciplinar ou criminal, mesmo que sejam de natureza grave.
- b) devem ficar restritas ao âmbito da própria comissão, sob pena de configurar um *bis in idem*.
- c) devem ser informadas ao órgão encarregado da execução do quadro de carreira do servidor infrator, para o efeito de instruir e fundamentar promoções.
- d) não podem ser sancionadas com a pena de censura ética se o processo de apuração não tiver observado o contraditório e a ampla defesa, com todos os meios de prova assegurados em direito, inclusive testemunhal e pericial.
- e) não podem ser objeto de qualquer recurso.

40- São regras de conduta que devem ser observadas pelas autoridades submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal:

- I. comunicar à Comissão de Ética Pública os atos de gestão de bens cujo valor possa ser substancialmente afetado por decisão ou política governamental da qual tenha prévio conhecimento em razão do cargo ou função.
- II. não participar de seminário ou congresso com despesas custeadas pelo promotor do evento, mesmo que este não tenha interesse em decisão a ser tomada pela autoridade.
- III. tornar pública sua participação em empresa que negocie com o Poder Público, quando essa participação for superior a cinco por cento do capital da empresa.
- IV. não receber favores de particulares, de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade.

Estão corretos os itens:

- a) I, III e IV
- b) II, III e IV
- c) I, II e III
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

41- Relativamente às autoridades submetidas ao Código de Conduta da Alta Administração Federal:

- I. é vedado à autoridade manifestar-se publicamente sobre o mérito de questão que lhe será submetida para decisão.
- II. após deixar o cargo, a autoridade não poderá atuar em benefício de sindicato, em processo do qual tenha participado em razão do cargo.
- III. as sanções que a Comissão de Ética Pública pode aplicar são: advertência, censura e demissão do cargo.
- IV. a Comissão de Ética Pública poderá instaurar, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, processo destinado a apurar infração ética.

Estão corretos os itens:

- a) I, II e III
- b) II, III e IV
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

42- É finalidade da quarentena estabelecida na Medida Provisória nº 2.225-45

- a) garantir uma remuneração adequada à autoridade, após deixar o cargo.
- b) proporcionar à autoridade tempo para buscar uma nova atividade, sem influência política.
- c) impedir que a autoridade possa exercer cargo bem remunerado na iniciativa privada, após deixar o cargo público.
- d) impedir o exercício de cargo de administração em órgão ou entidade da Administração Pública Federal.
- e) impedir o uso de informação privilegiada e o tráfico de influência.

43- Das condutas relacionadas a seguir, indique as que estão vedadas às autoridades submetidas ao período de quarentena:

- I. prestar assessoria a empresa do setor de sua atuação.
- II. ser diretor ou conselheiro de empresa do setor de sua atuação.
- III. representar interesse, perante órgão da Administração Pública Federal, de pessoa com quem tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração.
- IV. exercer cargo em comissão na Administração Pública Federal.

Estão vedadas as condutas contidas nos itens:

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) I, II e IV
- e) I, II, III e IV

44- Um servidor público titular de cargo efetivo foi nomeado para um cargo de Ministro de Estado. Ao deixar o cargo de Ministro esse servidor

- a) estará obrigado a retornar ao cargo efetivo.
- b) não poderá retornar ao cargo efetivo, no período de quarentena, se houver conflito de interesses.
- c) se retornar ao cargo efetivo, fará jus à remuneração desse cargo e mais à remuneração do cargo de Ministro, durante o período de quatro meses.
- d) poderá dispor, durante o período de quarentena, dos bens e pessoal que estavam à sua disposição quando ocupava o cargo de Ministro.
- e) estará impedido de se aposentar do cargo efetivo, durante o período de quarentena.

45- Estão submetidos ao período de quarentena

- a) todos os titulares de cargo de Natureza Especial e do Grupo Direção e Assessoramento Superiores – DAS, nível 6 ou equivalente.
- b) todos que exerçam cargo de administrador ou de conselheiro em empresa estatal.
- c) todos que exerçam cargo de Ministro de Estado ou equivalente.
- d) todas as autoridades que tenham tido acesso a informações que possam ter repercussão econômica.
- e) os diretores de instituição financeira pública federal, se a instituição assim decidir.

DIREITO PENAL

- 46- Se "A", Delegado de Polícia, acatou ordem de "B", seu superior hierárquico, para não instaurar inquérito policial contra determinada pessoa, amiga de "B", acusada de falsidade documental,
- "A" praticou o crime de prevaricação e "B" é inocente, já que não tinha atribuição para apurar o crime de falsidade.
 - somente "B" praticou o crime de prevaricação, porque "A" obedeceu à ordem de seu superior hierárquico.
 - a conduta de ambos não configura ilícito penal.
 - "A" e "B" praticaram o crime de prevaricação.
 - "A" e "B" praticaram o crime de peculato.
- 47- "F", com 19 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, "G", em atitude altruísta, assume a autoria do crime. "G" teria, em tese, praticado o crime de
- auto-acusação falsa.
 - denúncia caluniosa.
 - comunicação falsa de crime.
 - calúnia.
 - favorecimento pessoal.
- 48- Quanto ao crime de corrupção ativa (art. 333 do CP), pode-se afirmar que
- depende da existência da corrupção passiva para que se configure.
 - o tipo consiste em solicitar para si ou para outrem, em razão da função, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
 - caracteriza-se o crime se o funcionário público exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido.
 - o tipo consiste em exigir, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função.
 - o tipo consiste em oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício.
- 49- O funcionário público "C" exigiu para si vantagem indevida em razão de sua função. Configurou-se o crime de concussão, que é apenado com reclusão de dois a oito anos e multa. Neste caso, pode-se afirmar que a prescrição do crime antes de transitar em julgado a sentença
- ocorrerá em vinte anos.
 - ocorrerá em quatro anos.
 - ocorrerá em doze anos.
 - ocorrerá em dezesseis anos.
 - é imprescritível.
- 50- O agente "F", no dia 01 de novembro de 2000, praticou o crime de contrabando. Referido tipo penal é apenado com reclusão de um a quatro anos. O agente foi preso em flagrante na data dos fatos dando ensejo à abertura de inquérito policial. No dia 02 de dezembro de 2000, o Juiz recebe a denúncia oferecida pelo Ministério Público. Em 01 de dezembro de 2003, foi o acusado condenado a pena de dois anos de reclusão. Diante disso, pode-se afirmar quanto à prescrição que
- o crime está prescrito, visto que a conduta foi praticada em 01 de novembro de 2000 e o crime prescreve em dois anos.
 - o crime não está prescrito, pois o prazo de prescrição para este crime é de oito anos.
 - o crime está prescrito, visto que da data do recebimento da denúncia até 01 de dezembro de 2003 já se passaram mais de dois anos.
 - o crime não está prescrito, pois o prazo de prescrição para este crime é de dezesseis anos.
 - é um instituto que atinge exclusivamente o exercício do direito à jurisdição.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

- 51- Ao ser interrogado, "B" confessa a autoria do crime, diz que está arrependido e que concorda com a condenação que vier a ser imposta, dispensando em razão disso qualquer defesa em seu favor. O juiz
- a) não pode concordar com a vontade do acusado, porque haveria violação ao princípio da imparcialidade.
 - b) pode concordar com a vontade do acusado, porque a confissão dispensa a produção de outras provas.
 - c) não pode concordar com a vontade do acusado, porque haveria violação ao princípio da ampla defesa.
 - d) pode concordar com a vontade do acusado, porque a defesa técnica é disponível.
 - e) não pode concordar com a vontade do acusado, porque haveria violação ao princípio do juiz natural.
- 52- O Ministério Público, ao receber os autos do inquérito policial relatado, oferece denúncia. O juiz, então,
- a) deve sempre receber a denúncia, porque o Ministério Público é o titular da ação penal.
 - b) pode determinar a realização de novas diligências, se não estiver ainda convicto de que deva receber a denúncia.
 - c) pode sugerir ao Ministério Público a realização de diligências que entenda imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
 - d) pode rejeitar a denúncia, remetendo neste caso os autos ao Procurador Geral de Justiça, para que insista na denúncia ou designe outro promotor para se manifestar.
 - e) pode rejeitar a denúncia, cabendo neste caso ao Ministério Público a interposição de recurso.
- 53- "T" é citado por edital para a ação penal. Não comparece nem constitui advogado. Pode-se afirmar que o processo, nesse caso,
- a) deve ser suspenso até que o acusado compareça, interrompendo-se, enquanto isto não acontece, o prazo prescricional.
 - b) deve prosseguir em seus ulteriores termos, independentemente de nomeação de defensor, porque o acusado é revel.
 - c) deve ser suspenso até que seja nomeado um defensor para o acusado, prosseguindo-se depois até final, com a presença do defensor.
 - d) deve ser suspenso até que o acusado compareça, mas enquanto isto não acontece o prazo prescricional fica suspenso.

- e) deve prosseguir em seus ulteriores termos, nomeando-se, porém, advogado dativo para realizar a defesa, porque o acusado é revel.

- 54- Ao avaliar as provas produzidas no processo, o juiz
- a) deve dar maior valor à prova testemunhal, porque é a mais importante para a reconstrução do fato.
 - b) deve dar igual valor às provas, formando sua convicção do conjunto probatório, de forma motivada.
 - c) deve dar maior valor à prova pericial, porque é a mais técnica e possibilita a melhor reconstrução do fato.
 - d) deve dar maior valor à confissão, se existir, porque é a que mais se aproxima da verdade real.
 - e) deve formar sua íntima convicção, independentemente de motivação, a partir da prova que mais lhe parecer importante.
- 55- "M" adquire imóvel, pagando-o com os proventos de infração praticada. Decorridos seis meses vende o imóvel a "K", que está de boa-fé. Pode-se afirmar que este bem, na esfera criminal,
- a) está sujeito a seqüestro.
 - b) está sujeito a penhora.
 - c) está sujeito a busca e apreensão.
 - d) não está sujeito a qualquer medida cautelar, porque foi vendido a terceiro.
 - e) está sujeito à medida cautelar de arrolamento de bens.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 56- Em relação aos Princípios Constitucionais do Processo Civil, assinale a opção correta.
- a) A Constituição Federal assegura o devido processo legal no âmbito criminal; no âmbito cível sua aplicação é feita por analogia, já que não é expressamente previsto.
 - b) Nos processos administrativos não punitivos, porque não há acusados, é desnecessária a aplicação dos princípios do contraditório e da ampla defesa.
 - c) Como o réu exerce a garantia da ampla defesa na contestação, esse princípio não possui aplicação na fase probatória.
 - d) O princípio do contraditório implica assegurar que as contradições suscitadas pelas partes sejam devidamente esclarecidas pelo juiz na sentença.
 - e) O princípio do juiz natural abrange a vedação de julgamentos por juízo ou tribunal de exceção e as regras sobre competência dos juízos.

57- Em relação à atividade jurisdicional, às espécies de processo e à tutela jurisdicional, assinale a opção correta.

- a) Para que a sentença de um processo de conhecimento produza efeitos, é necessário um processo autônomo de execução.
- b) A nulidade de citação poderá ser suscitada mesmo após o trânsito em julgado da sentença.
- c) Quando a lide versar sobre questões de ordem pública, a jurisdição atua sem provocação das partes.
- d) Embora seja definida como administração pública de interesses privados, a jurisdição voluntária apresenta as mesmas características da jurisdição contenciosa.
- e) O processo cautelar é acessório do processo de conhecimento, mas não do processo de execução.

58- Considerando as recentes inovações do Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

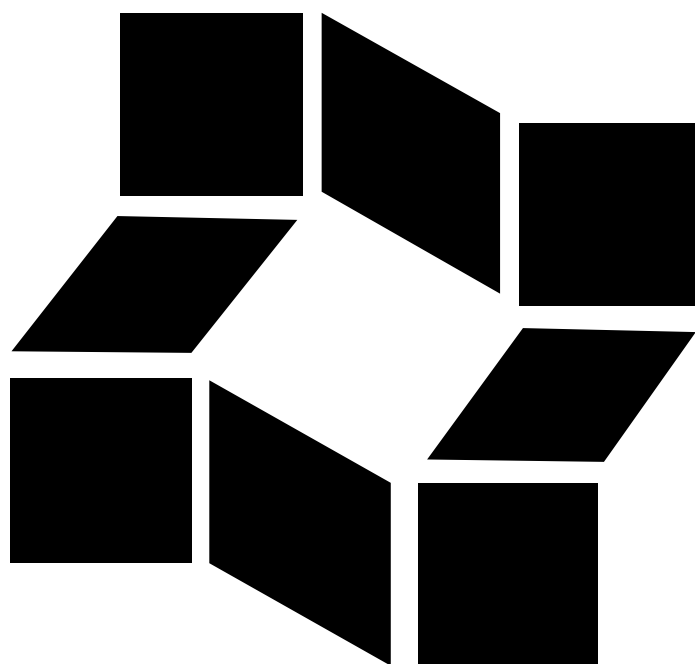
- a) A audiência preliminar deve ser designada em todos os processos cíveis, para que as partes tenham a possibilidade de entrarem em um acordo judicial.
- b) A tutela antecipatória implica julgamento antecipado e extinção do processo e é aplicada quando se verificar a revelia.
- c) O juiz pode aplicar penalidades à parte que não cumprir um comando judicial; porém não poderá apenar terceiros que não participam do processo.
- d) Para uma mesma perícia judicial, o juiz pode nomear mais de um perito e as partes podem indicar mais de um assistente técnico.
- e) As ações para cobrança de honorários de profissional liberal cujo valor ultrapasse 60 salários mínimos não serão processadas sob procedimento sumário.

59- Em relação à disciplina da prova no processo civil brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Cada parte deve requerer as provas dos fatos que alegou; o juiz não pode determinar a produção de provas sem que a parte as tenha requerido, sob pena de estar sendo parcial.
- b) A produção de prova documental deve ser apresentada no início da demanda, junto com a petição inicial e a contestação; não se admite a produção de prova documental em momento posterior.
- c) A parte que alega a falsidade de um documento, tem o ônus de prová-la, salvo a alegação de falsidade de assinatura, cuja prova compete a quem produziu o documento.
- d) O juiz não pode determinar a exibição, total ou parcial, de livros comerciais da empresa se não houver requerimento da parte.
- e) O juiz não poderá julgar em contrário às conclusões técnicas do laudo pericial.

60- Em relação ao controle jurisdicional de atos administrativos, assinale a opção correta.

- a) Qualquer pessoa pode representar à autoridade administrativa para que seja instaurada investigação prévia à propositura de ação de improbidade administrativa.
- b) A ação popular deve ser proposta pelo Ministério Público para, entre outras, a defesa do patrimônio histórico e paisagístico.
- c) O pagamento da perícia na ação civil pública deve ser adiantado pelo autor.
- d) A impetração de mandado de segurança depende da ocorrência de violação a direito líquido e certo por ato abusivo de autoridade.
- e) O mandado de segurança é impetrado contra o órgão superior ao qual a autoridade que proferiu o ato abusivo esteja vinculada.



ESAF